

ESCOLA ITINERANTE “MARIA APARECIDA ROSIGNOL FRANCIOSI”: a história de uma *outra escola*¹

Cintia Aparecida Paião²
Línlya Sachs³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma história da Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”, dos tempos de acampamento dos atuais Assentamentos Eli Vive I e II, localizados no distrito de Lerroville, no município de Londrina, estado do Paraná. Para tanto, utilizou-se da História Oral como fundamentação teórica e metodológica para o registro e o trabalho com as narrativas produzidas a partir de sete entrevistas, com educadoras e educadores que trabalharam, organizaram e construíram essa escola, em seus anos de funcionamento (2009-2016). Apresentamos essa história como uma experiência de fazer uma *outra escola*, qualificada pela ação política direta de sua comunidade e que se faz na e pela coletividade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, reconhecida como necessidade para a própria continuidade e qualidade da luta pela Reforma Agrária Popular.

Palavras-chave: Educação do Campo. Movimentos Sociais. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Escola Itinerante. História Oral.

ABSTRACT

This paper aims to present a history of the “Maria Aparecida Rosignol Franciosi” Itinerant School, from the camp times of the current Eli Vive I and II Settlements, located in the Lerroville district, in Londrina, Paraná state. Therefore, we used the Oral History as a theoretical and methodological basis for the registration and work with the narratives produced from seven interviews with educators who worked, organized and built this school in its years of operation (2009-2016). We present this story as an experience of making *another school*, qualified by the direct political action of its community, which takes place in and by the collective of the Landless Rural Workers Movement, recognized as a necessity for the continuity and quality of the struggle for Popular Agrarian Reform.

Keywords: Rural Education. Social Movements. Landless Rural Workers Movement. Itinerant School. Oral History.

¹ Este texto é parte da pesquisa desenvolvida pela primeira autora, sob orientação da segunda, no Mestrado Profissional em Ensino de Matemática, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Paião, 2019).

² Pedagoga da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), câmpus Cornélio Procópio. E-mail: cintiapaiao@utfpr.edu.br

³ Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), câmpus Cornélio Procópio. E-mail: linlyasachs@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A Reforma Agrária Popular, preconizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), está para além da luta da conquista da terra (condição básica para garantir uma existência justa e digna para as trabalhadoras e os trabalhadores do campo), mas, a partir dela e por causa dela, objetiva-se a construção de outras relações de produção, de educação e de convivência, que balizadas pelos ideais socialistas, almejam a possibilidade de superação das formas de exclusão e de privilégios do capitalismo. Diferencia-se, portanto, de outras formas de reforma agrária⁴, pois “consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, no contexto de processos de mudanças de poder nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses” (Stedile, 2012, p. 662).

A itinerância, característica das ocupações do MST, é própria da condição de um povo que, expulso e expropriado da terra, no exercício de sua cidadania organizada, se movimenta e ocupa com o objetivo de incidir pressão e enfrentamento ao Estado e ao mercado, e seus descarados acordos e negociatas, quanto à perpetuação da apropriação latifundiária da terra. Em sua condição de itinerância, uma das muitas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores Sem Terra⁵ era a escolarização das crianças, jovens e adultos das comunidades acampadas, e é dessa necessidade produzida na materialidade da luta pela Reforma Agrária Popular que nasce a escola itinerante.

De acordo com Camini e Ribeiro (2011), a Escola Itinerante aproxima-se de uma *nova escola*, com características distintas não só pela condição de itinerância, mas pela maneira que é pensada e vivenciada pela comunidade dos trabalhadores rurais sem terra. Por sua natureza, as narrativas partilhadas, as memórias das educadoras e dos educadores itinerantes, nos contam, de forma singular e plural, uma dessas experiências de fazer *outra escola* e do que é ser educador Sem Terra, na caminhada da luta.

Nos sete anos em que funcionou, a Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”, construída, mantida e cuidada coletivamente, foi o lugar em que se deu a concretização do direito à educação nessa comunidade, um acesso feito e mantido com as

⁴ Outras formas de reforma agrária podem ser consultadas em Stedile (2012).

⁵ Essa grafia (com as iniciais maiúsculas, sem hífen e sem “s”) se dá pelo fato de que “o MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen nem o s, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, *Sem Terra*, que é também sinal de uma identidade constituída com autonomia” (Caldart, 2012, p. 24, grifos da autora).

próprias mãos, e que se insere no contexto maior da trajetória do MST de pensar as questões de desenvolvimento e aprendizagem do sujeito Sem Terra.

Nosso objetivo, neste texto, é apresentar uma história da Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”, dos tempos de acampamento dos atuais Assentamentos Eli Vive I e II, localizados no distrito de Lerroville, no município de Londrina, estado do Paraná. Não se trata de resgatar o passado, “mas problematizar o passado à luz do presente” (Garnica, 2015, p. 44), dialogando com a trajetória dessa experiência a partir de sua aproximação com uma *outra escola*, da e para a comunidade acampada, em que o trabalho educativo é comprometido com a formação para a cidadania organizada e consciente, inerente ao fazer coletivo do sujeito Sem Terra.

HISTÓRIA ORAL

A Escola Itinerante não se faz por meio de políticas públicas educacionais oficiais, até porque, se fossem esperar por estas, os trabalhadores Sem Terra possivelmente ainda estariam enfrentando as dificuldades advindas da necessidade de precisar ir estudar na cidade. Assim, essas escolas se fazem por meio da ação coletiva dos trabalhadores acampados. As assistências e os recursos públicos são poucos ou inexistentes, mas, mesmo assim, essas escolas resistem e se fazem a partir da compreensão da educação emancipatória como instrumento fundamental para a construção de uma outra possibilidade de vida *no e do campo*.

Negligenciada pelo poder público e, também, pela historiografia da educação brasileira, as experiências dessas escolas muitas vezes permanecem distantes e desconhecidas. Suas histórias não contadas nos tiram a possibilidade de conhecer e aprender com a formação educacional realizada na itinerância do MST.

A partir dessa compreensão de história não contada, de história esquecida, porque feita alheia ao movimento de conformação da classe dominante, que, ao olhar para a trajetória da Escola Itinerante, “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”, optamos, nesta pesquisa, por fundamentar-nos teoricamente e metodologicamente na História Oral.

A História Oral, ao ter em sua gênese o “contexto da valorização do tempo presente”, apresenta-se como ferramenta de pesquisa que possibilita o fazer a “contra-história”, uma “história dos excluídos”, que permite que as experiências de grupos sociais,

historicamente relegadas ao apagamento no contexto da história convencional, sejam preservadas por meio da narrativa das memórias das experiências vividas nesses contextos (Santhiago & Magalhães, 2015, p. 22).

A Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi” está presente em toda a história dos Assentamentos Eli Vive I e II; portanto, contar a história desta escola é contar parte da luta pela terra desta comunidade e a experiência dessa *outra escola*, construída e mantida de forma coletiva, que inserida na luta pela Reforma Agrária Popular, vem se realizando num processo contra-hegemônico e com uma proposta pedagógica própria.

Segundo Santhiago e Magalhães (2015, p. 22), a História Oral “é essencialmente, um método de pesquisa que através da técnica da entrevista, registra as memórias narradas de um indivíduo, em primeira mão”, caracterizando-se por ser uma atividade em que o entrevistado partilha memórias-relatos que viveu e viu.

De acordo com Garnica (2010, p. 31), quem usa a História Oral produz fontes históricas intencionalmente e precisa sustentar suas ações em uma concepção de História. Nesse sentido, o autor explicita que as concepções “de configuração positivistas não se coadunam com a experiência proposta pela História Oral” (p. 31).

A memória é o objeto que permeia a entrevista desenvolvida por meio da História Oral, sendo ela constituída de “construções que fazemos sobre os fatos vividos”. A memória é, desse modo, algo que dirige nossa atenção não ao passado, mas “à relação entre passado e presente” (Popular Memory Group, 1998, p. 78 *apud* Santhiago & Magalhães, 2015, p. 36). As lembranças dos narradores, a impressão registrada pela memória da forma como os acontecimentos foram percebidos por esses é o que interessa à História Oral e, em especial, a este trabalho.

Assim, a pesquisa com História Oral não tem como objetivo fazer uma análise sobre a veracidade do que o colaborador conta, nem preencher lacunas de informações. Objetiva, sim, oferecer um panorama das várias memórias da história do objeto pesquisado e possibilitar diálogos com os mais variados temas que essas narrativas podem apresentar. Nesse sentido, Vianna (2014, p. 74) destaca: “o objeto da minha pesquisa é exatamente aquilo sobre o que faço indagações a meus colaboradores, às pessoas que concordam em conceder a entrevista”.

Como resultado do método de registro das memórias narradas, a História Oral “é uma fonte de informações derivada desse trabalho de registro”, uma fotografia da narrativa possibilitada por um conjunto de “procedimentos” (Santhiago & Magalhães, 2015, p. 22).

Ter a História Oral como método de pesquisa é, sim, valer-se da oralidade para o resgate – ou o levantamento, a escritura, a compreensão, a elaboração, como queiram os que se impacientam com o uso do termo “resgate” histórico –, mas é, sobretudo, utilizar a oralidade segundo alguns procedimentos e princípios muito específicos.

(Garnica, 2010, p. 31).

Neste trabalho, utilizamos a História Oral Temática, que se caracteriza por objetivar que o entrevistado faça uma narrativa sobre um tema específico, no caso, suas memórias dos tempos de atuação como educadora ou educador da Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”.

A escolha e, então, contato com a pessoa a ser entrevistada, passo inicial para a realização da pesquisa com História Oral, é um momento em que se deve ter atenção especial para o esclarecimento dos objetivos da pesquisa e de como ela será realizada. Segundo Vianna (2014, p. 77), a palavra negociação estará presente desde o primeiro contato até a ação final de cessão de autorização de publicação, “pois as entrevistas de História Oral, tal como as concebemos, passam pela validação do texto feita pela pessoa que concedeu a entrevista”.

A entrevista é gravada em áudio ou vídeo para depois ser transcrita, transformando o registro sonoro em um texto escrito. A etapa seguinte, a partir da transcrição, é elaborar a textualização, que “[...] transforma a entrevista de ‘língua falada’ em um texto de ‘língua escrita’, um texto que terá a estrutura, o formato e o grau de elaboração conceitual e técnico que lhe possa ser dado pelo autor” (Vianna, 2014, p. 76)

Essa manipulação da entrevista, a textualização, caracteriza a marca de autoria do texto, mesmo que mantenha quase de forma “linear”, “a sequência de raciocínio da ‘fala’ da pessoa entrevistada”, ou que seja resultado do planejamento do autor (Vianna, 2014, p. 77).

Vianna (2014, p. 77) enfatiza que, na ocasião de entrevista, de conversa, é preciso ter atenção às possíveis questões ocultadas e também às trazidas à luz pelo interlocutor, pois é certo que todos escolhem o que dizer, sendo importante ter o que Vianna chama de “cinto de utilidades” (p. 77) de conhecimentos sobre “empatia e percepção pessoal” (p. 77).

Assim, para esta pesquisa, foram realizadas sete entrevistas com educadoras e educadores que trabalharam na Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”, entre os anos de 2009 a 2016. Constituídas as textualizações a partir das sete entrevistas,

foi realizado um movimento, a partir destas fontes, com o objetivo de sistematizar as compreensões sobre educação vivenciadas e praticadas no contexto da experiência da Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro e julho de 2018, no Assentamento Eli Vive I. Os nomes das colaboradoras e dos colaboradores desta pesquisa são mantidos em todo o texto, seguindo o que se espera de um trabalho de cunho histórico e com suas concordâncias – registradas por meio de cartas de cessão, devidamente assinadas.

UMA HISTÓRIA DA ESCOLA ITINERANTE “MARIA APARECIDA ROSIGNOL FRANCIOSI”

A história⁶ da Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi” começa antes da realização de sua primeira aula, no dia 23 de março de 2009, no Acampamento Eli Vive, no distrito de Lerroville, Londrina, Paraná. Esse “antes” compreende toda a trajetória vivenciada pelas famílias do MST em sua caminhada de luta pela Reforma Agrária Popular e permite observar as histórias dos encontros de educadoras e educadores acontecidos a partir da ocupação e da organização do Acampamento Eli Vive.

Uma ocupação diferenciada, de cuidado da terra e de relação amigável, é assim que essa fase inicial da ocupação, em 2009, foi lembrada nas narrativas, em contraponto às memórias da primeira ocupação realizada na mesma área, em 1991, em que a “violência do latifúndio” (Caldart, 2001, p. 208), *com participação do fazendeiro e milícias armadas, machucou pessoas*⁷.

Em 1991, o MST realizou a primeira ocupação da fazenda Guairacá, essa ocupação foi encerrada por meio de um despejo marcado pela violência. As lembranças desse despejo rememoram o sangue já derramado nessas terras e por essas terras, o confronto que deixou pessoas feridas, algumas foram baleadas e ficaram com sequelas, e a perseguição de lideranças do Movimento. Passaram-se 18 anos até que as fazendas Guairacá e Pininga fossem apropriadas pelo Estado para cumprir a sua função social plena.

⁶ Os trechos em itálico, nesta seção, indicam trechos das narrativas constituídas a partir das entrevistas com os sete colaboradores. Como nota de rodapé, estará a informação referente à narrativa de qual colaborador apresenta o trecho.

⁷ Trecho presente na narrativa de Márcio José Barbosa.

Em 18 de fevereiro de 2009, foram realizadas duas audiências públicas, durante a reunião do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF), em que se discutiu a compra das propriedades para fins de reforma agrária.

De acordo com Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal de 1988, “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social” (Brasil, 1993). O processo de desapropriação inicia com a comunicação de vistoria do imóvel rural pelo Incra, com o objetivo de fiscalizar se a área cumpre sua função social. O proprietário é comunicado pelo órgão competente, ou no caso de sua ausência, a comunicação deve ser feita em edital, a ser publicado, por três vezes consecutivas, em jornal de grande circulação na capital do Estado de localização do imóvel. Quando a área é classificada como improdutiva, mas é viável agronomicamente e ambientalmente para assentamento de famílias, e não há impedimento administrativo ou judicial, o Incra continua o processo de desapropriação, que independe da anuência do proprietário.

No caso das fazendas Guairacá e Pininga, no ano de 2009, como é lembrado pela comunidade, havia concordância do proprietário para a desapropriação das terras para fins de reforma agrária e assentamento de famílias. Atualmente, com a desapropriação da terra, é paga uma indenização ao proprietário, em valores de mercado atual. A terra nua recebe indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e as benfeitorias, como edificações, cercas, pastos, cocheiras, são pagas em dinheiro.

Nessa vinda e chegada ao Acampamento aconteceram os encontros entre as educadoras e os educadores itinerantes que iniciaram e cuidaram de todo o processo de organização documental e pedagógico da escola.

Cinco educadoras e educadores foram solicitados, logo após a ocupação, a assumirem as responsabilidades da organização da escola no Acampamento. Essa solicitação devia-se ao fato de o local do acampamento ser distante da sede do distrito de Lerroville, o que, se houvesse transporte escolar, acarretaria longos percursos na estrada não pavimentada, e também pela possibilidade conhecida de as crianças sofrerem discriminação nas escolas do distrito, por pertencerem ao MST. Experientes na vida de acampamento, as famílias sabiam que não haveria vagas para todas as suas filhas e seus filhos nas escolas urbanas, reconheciam que, mesmo que houvesse, seria penoso às

crianças percorrerem tantos quilômetros por dia para terem direito a estudar, e temiam as relações de estranhamento e discriminação as quais as crianças poderiam ser submetidas. Assim, como parte da discussão do acesso à terra, se fez a discussão de acesso à educação, porque o Movimento *entende que a escola é um meio também de conquistar a terra*⁸.

A educadora Marilda Aparecida da Costa Faria participou da ocupação, no dia 19 de fevereiro de 2009, em que se organizou a primeira ocupação da área à beira da “represona”. Após conhecer a terra, retornou para Ortigueira, Paraná, para o Acampamento Maila Sabrina, onde atuava como educadora na Escola Itinerante “Caminhos do Saber”. Atendendo à solicitação do coordenador do MST Paraná, José Damasceno, fez sua mudança definitiva para o Acampamento em Londrina, para colaborar no processo de criação e organização da Escola Itinerante, nas funções de educadora e coordenadora.

Edna Cristina de Carvalho e Luciano Batista Izaías, companheiros de luta e de vida, chegaram no Acampamento em Londrina uma semana após a ocupação. Também atuavam como educadora e educador na Escola Itinerante “Caminhos do Saber”, do Acampamento Maila Sabrina, em Ortigueira, e vieram dispostos a colaborar no início da escola, já tida como uma demanda da comunidade.

Leonardo Costa Faria, filho de Marilda, e Aline Franciele Camilo dos Santos, também vieram para o Acampamento nessa época, com a tarefa de colaborar com o início das atividades da Escola Itinerante.

As educadoras e os educadores itinerantes encontraram-se na terra ocupada, que não tinha estrutura predial moderna, nem iluminação, mas tinha necessidade e sonhos a serem conquistados, uma história a ser construída. Distantes das estruturas históricas das escolas urbanas e de todo o seu aparato pedagógico, financeiro e social conquistado e construído historicamente, essas educadoras e esses educadores itinerantes do MST criaram a escola da comunidade. Caminharam com seus entendimentos e materiais adquiridos em outras experiências de trabalho, e colocaram-se a fazer a escola, primeiro, empreendendo uma pesquisa no Acampamento para levantamento do quantitativo de crianças em idade escolar para cursar os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, segundo, definindo o local para a escola, e, terceiro, organizando a ação coletiva para construção das carteiras e dos quadros de lona preta.

Nos primeiros dias de ocupação, as aulas aconteceram embaixo das árvores e, também, na coqueira construída na área. Ao observar a dificuldade imposta pelo morro e

⁸ Trecho presente na narrativa de Vanderleia Alves Fortes.

pela própria estrutura da cocheira, em agosto de 2009, a comunidade do Acampamento discutiu e decidiu por construir uma escola dentro do “acampamentinho”, segundo local de acampamento da comunidade. Com bambus doados, construíram uma estrutura com quatro salas de aulas e uma secretaria com “paredes” de lona.

Um mês após a realização do primeiro dia de aula, a educadora Gilda Maria Fernandes Paschoal também chegou ao acampamento *com a tarefa de atuar na escola*⁹. A educadora Gilda também atuava como educadora da Escola Itinerante “Caminhos do Saber”, no Acampamento Maila Sabrina, em Ortigueira, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O educador Fernando de Paula Herdt também chegou alguns dias após a ocupação, vindo do Acampamento 1º de Agosto, em Cascavel, onde era educador na Escola Itinerante “Zumbi dos Palmares”.

Com a aquisição de materiais doados e conquistados, a comunidade decidiu por desmanchar a escola de bambu e construir uma segunda estrutura com madeirite e lona, ainda no centro do “acampamentinho”. Nessa estrutura, foi possível organizar uma cozinha e, assim, com a função de colaborar com o preparo do lanche das crianças, o trabalhador Sem Terra Samuel¹⁰ também começou a trabalhar na escola.

No começo, quando as aulas aconteciam na cocheira, não tinha como preparar lanche para as crianças. Elas, então, levavam seus lanches para a aula e, nos momentos de alimentação, partilhavam com os demais aquilo que seus familiares preparavam.

Com a escola no centro da comunidade e com a aquisição dos materiais, foi possível preparar o lanche para as crianças e esse preparar envolvia muito trabalho coletivo, em que a comunidade ajudava com doações de alimentos, buscava alimentos doados pelo governo e por pessoas solidárias ao Movimento e, também colaboravam no preparo.

No início das atividades, as matrículas das crianças eram registradas e armazenadas nas escolas-base de suas escolas itinerantes anteriores, ou seja, as crianças que vieram do Acampamento Maila Sabrina, de Ortigueira, da Escola Itinerante “Caminhos do Saber”, tinham suas matrículas vinculadas ao Colégio Estadual “Centrão” (no Assentamento Pontal do Tigre, em Querência do Norte, Paraná), e as que vieram do Acampamento 1º de Agosto, de Cascavel, da Escola Itinerante “Zumbi dos Palmares”, tinham suas matrículas vinculadas ao Colégio Estadual “Iraci Salete Strozak” (no

⁹ Trecho presente na narrativa de Gilda Maria Fernandes Paschoal.

¹⁰ Não tivemos acesso ao nome completo de Samuel.

Assentamento Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná). Com o tempo, as matrículas foram todas vinculadas ao Colégio Estadual “Centrão” e, depois, passaram a ser vinculadas apenas ao Colégio Estadual “Iraci Salete Strozak”.

Criada oficialmente no final do ano de 2010, foi preciso escolher o nome que seria dado à escola. Foram, então, elencados vários nomes de lutadoras e lutadores do povo e a comunidade dialogou sobre cada um deles. Interessante notar que a comunidade, quando escolheu o nome do Acampamento¹¹ e, também, da escola, optou por homenagear um trabalhador e uma trabalhadora Sem Terra, lutadora e lutador do povo, conhecidos seus, companheiro e companheira que caminharam juntos na luta pela terra.

A educadora Maria Aparecida Rosignol Franciosi, ou “Cidinha”, como é carinhosamente lembrada pela comunidade, foi amiga, educadora, companheira de muitas lutas e momentos, e seu nome, assim como o de todas as lutadoras e os lutadores do povo Sem Terra, como nome da Escola Itinerante, é símbolo de resistência, de inspiração e, especialmente, de preservação e cuidado com as memórias dessa comunidade.

Em 2010, a comunidade mudou o acampamento e a escola para perto da estrada e do pomar, para facilitar o acesso, ainda considerando que houve, à época, um aumento no número de famílias ali acampadas.

Nessa época, chegaram para contribuir com a Escola Itinerante o educador Márcio José Barbosa e a educadora Vanderleia Alves Fortes. O educador Márcio atuava como coordenador na Escola Itinerante “Oziel Alves”, do Acampamento Casa Nova, em Cascavel, e veio para o Acampamento Eli Vive, com a tarefa de ser educador e coordenador pedagógico. A educadora Vanderleia atuava na Escola Itinerante “Zumbi dos Palmares”, no Acampamento 1º de Agosto, em Cascavel, e veio para o acampamento também já com a tarefa de atuar na escola.

Com o objetivo de conquistar o direito a ter a oferta de todas as etapas da Educação Básica na Escola Itinerante do Acampamento, no final de 2010, a comunidade organizou uma mobilização para reivindicar esse direito. *Os pais e as mães foram para Curitiba pedir essas turmas*¹². Em mobilização, passaram noites sem dormir na capital do estado, devido à demora de abertura de negociação por parte do estado. Mobilização, conversas e reuniões... e, no começo de 2011, a comunidade conquistou o direito de sua

¹¹ Eli Vive é uma referência a Eli Dallemole, Sem Terra assassinado em 30 de março de 2008, dentro de sua casa, no Assentamento Libertação Camponesa, em Ortigueira, onde morava com a família.

¹² Trecho presente na narrativa de Gilda Maria Fernandes Paschoal.

Escola Itinerante ofertar todas as etapas da Educação Básica, isto é, Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais – e Ensino Médio, e, também, a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse período, todas as aproximadamente 500 famílias já estavam no Acampamento e a escola, desde então, passou a atender a demanda de educação escolar de aproximadamente 450 crianças, jovens e adultos da comunidade Eli Vive.

Novamente, devido ao aumento do número de crianças e às necessidades estruturais para o porte da escola agora conquistada, a comunidade organizou-se e mudou a Escola Itinerante de lugar. O lugar escolhido dessa vez foi pensado por toda a comunidade para ser o lugar da sonhada escola do assentamento, que é o lugar que a escola ocupa atualmente¹³. Assim, foi escolhido um lugar mais próximo à estrada principal, que, à época, ficava bem em frente ao “grande acampamento”.

No começo de 2011, *como eram 10 brigadas, cada brigada construiu uma sala*¹⁴. Para a construção dessa quarta estrutura, a comunidade desmanchou as antigas casas de madeira que havia na área e que eram locais de moradia dos funcionários da antiga fazenda Guairacá. Vale destacar que os trabalhadores assalariados que trabalhavam nas fazendas, à época da ocupação, também foram assentados juntamente com as famílias do MST. Em 2012, a comunidade construiu mais seis salas (seis chalés de madeiras), para acomodar toda a demanda de espaço.

Segundo Camini e Ribeiro (2011),

[...] pode-se afirmar que a Escola Itinerante tem uma experiência acumulada, próxima à fronteira de uma nova escola, quanto a: à forma escolar, ao currículo, ao processo de avaliação, aos tempos educativos, à formação de educadores, à descentralização da sala de aula, à relação da escola com a vida em seu entorno.

(Camini e Ribeiro, 2011, p. 145).

São elementos, entre outros, que destacam a experiência dessa Escola Itinerante como uma *outra escola*, que, em certa medida, contrapõe-se ou *diferencia-se* da escola do modelo capitalista: a coletividade presente nas dificuldades, reivindicações e conquistas; o observar, planejar e fazer constantemente a escola *na* e *da* comunidade; o reconhecimento da escola como espaço de convivência de todas e todos, como espaço de ensino, encontros e reuniões, de confraternização, de resistência, em que o diálogo sobre a atualidade na vida

¹³

Atualmente, a estrutura é utilizada pelo Colégio Estadual “Maria Aparecida Rosignol Franciosi” e pela Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber.

¹⁴

Trecho presente na narrativa de Edna Cristina Carvalho.

no acampamento e a intenção da formação da comunidade de luta, fundamentam e orientam o trabalho educativo e o cotidiano escolar.

“*Quando eu não estava como educadora, eu estava como comunidade*”¹⁵: assim era a relação entre comunidade e escola. A Escola Itinerante era parte da comunidade, um local de convivência coletiva e de responsabilidade partilhada. A comunidade estava para a escola, assim como a escola estava para a comunidade.

Esse elemento, do “enraizamento em uma coletividade” (Caldart, 2001, p. 221), é condição para fazer a vida na itinerância, pois todas as necessidades são superadas e todas as conquistas alcançadas, por meio do trabalho coletivo, de uma comunidade que se ajuda. Nada foi de graça. O cotidiano em um acampamento é feito de ações conjuntas, de pessoas que dialogam, decidem e trabalham juntas pelos rumos e projetos da comunidade.

A educação dos sem-terra do MST começa com o seu enraizamento em uma coletividade, que não nega o seu passado mas projeta um futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir. Saber que não está mais solta no mundo é a primeira condição de a pessoa se abrir para esta nova experiência de vida. Este costuma ser o sentimento que diminui o medo em uma ocupação, ou que faz enfrentar a fome em um acampamento.
(Caldart, 2001, p. 221).

Comunidade acampada e coletivo de educadoras e educadores cuidando uns dos outros, cuidando das crianças e de sua formação, fizeram a história dessa Escola Itinerante e constituíram, também nesse processo, mas, não apenas, uma identidade coletiva da comunidade Eli Vive, resultado de uma junção de pessoas vindas de *vários acampamentos, com várias culturas, conhecimentos, saberes, gente de todo lugar do Paraná*¹⁶.

Cada estrutura, cada mudança de lugar, cada benfeitoria realizada nessa Escola Itinerante só foi possível pelo trabalho coletivo das famílias acampadas. A auto-organização e o trabalho coletivo da comunidade acampada são os pilares para a existência da escola itinerante, e o reconhecimento desta, como “espaço educativo, de significado pedagógico e político para o conjunto do movimento social a que se vincula” (Camini, 2009, p. 13).

A dimensão da coletividade é o que possibilita a escola itinerante. É a coletividade da prática social, da partilha das dificuldades, dos sonhos, do reconhecimento da educação como necessidade para compreender o mundo em que se vive e ser sujeito de própria

¹⁵ Trecho presente na narrativa de Marilda Aparecida da Costa Faria.

¹⁶ Trecho presente na narrativa de Márcio José Barbosa.

história, capaz de cidadania emancipada. É uma escola feita por todos e para todos. Suas paredes, telhados e móveis são a concretização de um trabalho planejado e coletivo da comunidade acampada.

As educadoras e os educadores são solicitados pela comunidade e, também, escolhidos por ela. Mas, ao tornarem-se educadoras e educadores da Escola Itinerante, não fazem a educação escolar sozinhos, não se tornam os únicos responsáveis por ela, a comunidade partilha essa atitude responsiva e responsável. No isolamento e enfrentando as dificuldades decorrentes da negligência estatal quanto à garantia do direito à educação escolar de qualidade e socialmente referenciada às crianças Sem Terra, no local onde vivem, ou seja, na itinerância, comunidade e coletivo de educadoras e educadores fazem escola de uma outra maneira, que, fruto de sua coletividade, é uma escola feita a muitas mãos.

Agora, depois do assentamento, já não é mais assim, já mudou muito, a comunidade desapareceu da escola, pouca participação da comunidade, tem em função das reuniões, que é uma ou duas vezes por ano, mas aquela participação da comunidade que tinha quando era acampamento não tem mais, até mesmo por causa da distância, porque, dentro do acampamento, as pessoas podiam participar nas festas, na organização, é isso, eles estavam presentes, agora não é tanto. Uma mensagem que eu quero dizer¹⁷.

As estruturas escolares construídas em 2011 e 2012 pela comunidade acampada, por meio de seu trabalho coletivo, são utilizadas até os dias atuais. Apesar da fixação da escola, com a municipalização da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em 2016, decorrente da regulação dos Assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II, em 2013, o estado do Paraná (responsável pelos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e o município de Londrina ainda não tomaram medidas de investimento e amparo efetivo para a valorização dessa instituição pública e gratuita, conquista das famílias da comunidade dos assentamentos. A comunidade, agora assentada, segue dando apoio e colaborando com a escola, porém, numa relação mais distante e menos ativa, talvez por causa da própria distância da escola dos lotes e, também, pela alteração da relação da escola com a comunidade, possivelmente ocasionada pela entrada de educadoras e educadores de fora do Movimento.

¹⁷ Trecho presente na narrativa de Fernando de Paula Herdt.

UMA OUTRA ESCOLA

São nesses encontros, nessas trajetórias, enraizadas na coletividade do povo Sem Terra, que se realiza a formação das educadoras e dos educadores do MST, sujeitos que concretizam o projeto de educação do Movimento.

São vários os caminhos percorridos pelas educadoras e pelos educadores na luta pela terra e no fazer educação em acampamento, antes de chegarem ao Acampamento Eli Vive e construir juntos, e com a comunidade, a Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”.

*Todos os espaços do Movimento que eu passei foram importantes, foram momentos de formação*¹⁸ – esse pensamento partilhado pela educadora Gilda clareia a ideia que objetiva apresentar na composição do cenário dessa experiência como uma *outra escola*, a formação das educadoras e dos educadores do MST, na e para além da Escola Itinerante, que acontece muitas vezes, inicialmente não vinculada a uma instituição de ensino e cursos formais, mas que compreende um fazer-se educador no Movimento. As educadoras e os educadores da Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi” colaboradoras e colaboradores desta pesquisa têm sua trajetória docente atrelada a seu pertencimento ao MST.

Marilda Aparecida da Costa Faria tinha o Ensino Médio, quando começou a atuar como educadora do Movimento, impulsionada por sua preocupação com a educação da filha e do filho. Ao entrar no Movimento, *pelo sonho da terra*¹⁹, logo percebe as dificuldades impostas ao acesso à educação ao povo do campo e, especificamente, na sua condição, ao povo Sem Terra. Nesse movimento, ao questionar essa questão em seu primeiro local de acampamento, já foi direcionada a participar das ações de luta pela escola, por sua criação e organização.

Edna Cristina Carvalho, Luciano Batista Izaias e Márcio José Barbosa acompanharam suas famílias na luta pela terra desde crianças. Foram Sem Terrinhas do MST e nele cresceram, formaram-se, constituíram suas famílias e suas histórias de educadora e educadores do Movimento.

¹⁸

Trecho presente na narrativa de Gilda Maria Fernandes Paschoal.

¹⁹

Trecho presente na narrativa de Marilda Aparecida da Costa Faria.

Edna e Luciano, com suas histórias entrelaçadas pela vida na luta e na constituição de uma família nessa trajetória, começaram a atuar como educadora e educador após ingressarem no curso de Magistério, em Veranópolis, Rio Grande do Sul, no Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), escola construída e mantida pelo MST. Mãe e pai de uma criança de quatro meses, iam para as etapas do curso e atuavam nas escolas itinerantes juntos. Devido às muitas dificuldades inerentes a essa empreitada corajosa, não conseguiram terminar o curso. Concluíram o Ensino Médio, posteriormente, já na Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”. A educadora Edna concluiu a graduação em Pedagogia - turma especial para Educadores do Campo, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

O educador Márcio inicia sua trajetória como educador nas primeiras experiências de escolas itinerantes realizadas no Paraná, impulsionadas pela grande quantidade de famílias nos acampamentos em 2003. Formou-se na primeira turma de Licenciatura em Pedagogia pelo processo de alternância, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Fernando de Paula Herdt também participou das primeiras experiências de escolas itinerantes do Paraná. Entrou para o Movimento no ano de 2003, *quando o então candidato Lula se elegeu, em 2003, com a proposta de fazer um grande projeto de reforma agrária no país*²⁰. Quando iniciou como educador, tinha apenas o Ensino Fundamental completo e, para exercer essa atividade, voltou a estudar e ingressou no curso de Magistério no Rio Grande do Sul, também pelo IEJC, o qual concluiu em 2010. Atualmente cursa Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), câmpus de Guarapuava, no estado do Paraná.

A educadora Gilda Maria Fernandes Paschoal destaca a importância de uma pessoa no início de sua trajetória como educadora, a trabalhadora Sem Terra e educadora Isabel Green, que, ao realizar uma campanha de alfabetização no Acampamento em que Gilda estava, a convida a participar das escolas itinerantes do Movimento. Cursando o Ensino Médio, a educadora Gilda, atuava na Educação de Jovens e Adultos, ajudando outras trabalhadoras e trabalhadores, que assim como ela, tinham o sonho de estudar.

Vanderleia Alves Fortes inicia sua trajetória como educadora quando entra para o Movimento: *Mesmo ano que entrei no Movimento, cheguei no acampamento já entrei para*

²⁰ Trecho presente na narrativa de Fernando de Paula Herdt.

*a escola*²¹. Com o Ensino Médio completo e com experiência em atuação docente em entidades carentes, tem sua inserção nas escolas itinerantes do MST também impulsionada pela necessidade de ter pessoas para dar aula, para cuidar e fazer essa Escola Itinerante no Acampamento. Formou-se no curso de graduação em Pedagogia para Educadores do Campo, também na Unioeste.

Muito além das formações oficiais, a formação da educadora e do educador itinerante se dá na prática educativa do próprio Movimento. Há, nessa trajetória de fazer a luta pela terra e por um projeto de educação Sem Terra, uma formação docente que se constitui a partir de aspectos não prescritos, que “não fazem parte de uma proposta curricular” (Silva, 2018, p. 115), mas que ocorre na prática formativa e educativa do MST.

De acordo com Silva (2018, p. 114), é fundamental compreender a escola como espaço que, junto com as instituições de ensino, constitui-se também como “espaço de formação, onde as experiências perpassam a formação institucional, construindo e constituindo o processo de formação e atuação docente”.

É preciso apontar que não se trata aqui de desvalorizar a formação acadêmica, mas pontuar que a formação docente não é apenas teórica, mas que comporta situações nas quais o professor deve agir e enfrentar de forma competente, investigativa e reflexiva se constituindo num processo permanente.

(Silva, 2018, p. 115).

Nessa *outra escola*, negligenciada pelas políticas educacionais e distante dos arquétipos de uma “escola do Estado”, a formação das educadoras e dos educadores se dá vinculada à realidade e aos anseios da comunidade acampada, e é constituída a partir da formação desse novo sujeito Sem Terra, que se faz, inicialmente, na luta pela propriedade da terra e constitui-se historicamente como sujeito Sem Terra, como lutadora e lutador do povo, que age em cidadania coletiva consciente e organizada por uma vida digna e justa em que os direitos sociais, civis, políticos e humanos sejam garantidos, e a ganância e o individualismo do modo de produção capitalista sejam superados.

Segundo Caldart (2001),

Quando, nos assentamentos, os Sem Terra buscam construir novas relações sociais de trabalho, e novos formatos para a vida em comunidades do campo, afirmam uma cultura centrada no bem-estar da coletividade, e se contrapõem, portanto, à absolutização do indivíduo, que

²¹ Trecho presente na narrativa de Vanderleia Alves Fortes.

é característica dominante da sociedade capitalista. Quem visita um assentamento, ou mesmo um acampamento de Sem Terra, sai com a impressão, e talvez a reflexão, de que há outras possibilidades de como viver, e que há questões, saberes, afetos e relações de outra ordem, acontecendo não muito longe de um tipo de vida que consideravam como o único possível.

(Caldart, 2001, p. 216).

As memórias partilhadas nas narrativas certamente ampliam e até confirmam a aproximação dessa outra possibilidade de como viver. E como são memórias de educadoras e educadores, que nos contam a história das experiências de e em uma *outra escola*, nessa outra possibilidade de vida, também nos contam de um “fazer docente, cujo sujeito, o professor, acumula saberes que vão além dos conhecimentos formais” (Beltrame, 2002, p. 132).

A educadora e o educador do MST, em sua trajetória diferente de formação e atuação, agregam aos conhecimentos formais, os “saberes que ele traz da vida rural, re-significados na luta social” (Beltrame, 2002, p. 131). Dessa forma, o cotidiano de sua prática pedagógica é organizado “a partir das referências culturais do mundo rural e do envolvimento político” (p. 131).

O envolvimento desses docentes nas propostas do MST redimensiona sua ação na escola, tornando-os mais seguros para fazer escolhas e acrescentar elementos significativos aos conteúdos escolares organizados pelos sistemas de ensino aos quais estão vinculados. Com isso esses professores reelaboram o espaço no meio rural.

(Beltrame, 2002, p. 132).

Assim, a educadora e o educador do MST educam-se e formam-se no Movimento, na perspectiva da luta cidadã e organizada coletivamente, e em sua atuação na escola, agem inspirados e fundamentados nessa luta.

Esse fazer docente diferenciado, ou outro fazer docente, é elemento fundamental na constituição da escola itinerante, pois concretiza, na realidade de cada acampamento, o próprio projeto educativo do MST “em consonância com sua concepção de mundo, crítica ao modo de produção capitalista, e que tem por base a democracia, a cooperação, a solidariedade e a posse coletiva dos meios de produção, em especial da terra” (Silva & Dal Ri, 2015, p. 5).

O MST se propõe a juntar suas ações às práticas da instituição escolar na zona rural, apostando na formação dos professores e buscando uma

qualidade política para a escola, cuja história está marcada pelas precariedades e pelo controle exercido por inúmeros projetos e políticas públicas para as áreas rurais.

(Beltrame, 2002, p. 131).

Formados na luta, na ocupação das terras, nas mobilizações por direitos, nas campanhas de alfabetização do próprio Movimento, que levam o saber ler e escrever a um povo que como elas e eles, há pouco, nunca tinham tido a oportunidade, o direito a estudar, essas educadoras e esses educadores nos apresentam uma prática educativa qualificada pela ação política direta. Essa é realizada com as próprias mãos e que, apesar de não consciente para todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores Sem Terra, é resultado de sua organização e suas também contradições.

As educadoras e os educadores que compartilharam suas histórias para a constituição desta pesquisa, revelam suas experiências nesse cotidiano e como enfrentaram as dificuldades profissionais, ao mesmo tempo em que garantiam os momentos escolares como espaço para “sonhos, necessidades e projetos de vida” (Beltrame, 2002, p. 132).

As dificuldades quanto à formação profissional eram enfrentadas com o planejamento, o estudo e o trabalho pedagógico coletivo, pois *os educadores que trabalhavam na escola não vinham só para dar aula, eles vinham para a escola um tempo maior para fazer essa formação [...] toda essa parte didática, pedagógica, era muito tempo destinado para isso*²². Todas as narrativas nos contam desses momentos para a formação coletiva, em que se estudava Pistrak, Makarenko, Paulo Freire, em que se estudava a proposta de educação do Movimento, em que se compartilhavam os acontecimentos das salas de aulas, a partir de uma intenção clara de fazer uma escola *pensada para estudar a realidade das crianças*²³.

A formação também acontecia nos espaços promovidos pelo Movimento, a partir de seu Setor de Educação em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED/PR). Esse era um tempo de partilha, em que todas as educadoras e todos os educadores de escolas itinerantes se juntavam e, durante uma semana, que não havia aula nas escolas, o tempo era reservado para os estudos, para o partilhar o que era feito em cada Escola Itinerante *com os outros que estavam iniciando, ou os outros que já tinham uma caminhada mais longa, a gente trocava experiências*²⁴. A troca de experiências é um

²²

Trecho presente na narrativa de Márcio José Barbosa.

²³

Trecho presente na narrativa de Marilda Aparecida da Costa Faria.

²⁴

Trecho presente na narrativa de Edna Cristina Carvalho.

elemento presente nos momentos para formação na escola e, também, nas formações externas, com outros grupos de educadores. Havia, também, as formações ofertadas pelas colaboradoras e pelos colaboradores militantes e apoiadores do Movimento, professores universitários.

*E já coloca para estudar, coloca em um curso, até para ter a formação para fazer isso, então os educadores são escolhidos pela militância do Movimento*²⁵ – as educadoras e os educadores colaboradores relatam esse encaminhamento às instituições para formação técnica e profissional, vinculadas ao Movimento, ao iniciarem suas trajetórias docentes nas escolas itinerantes. Dessas formações, estão presentes as memórias quanto às dificuldades para fazê-las e, conseqüentemente, concluí-las, mas também de uma esperança, que, às vezes, se abate, mas que permanece viva, que é a esperança de estudar. A educadora Gilda assim relata:

*Uma coisa que também marcou para mim, era um sonho meu estudar e, na época em que eu estava em sala de aula, eu não tinha uma graduação, mas eu ficava muito feliz quando o pessoal saía para estudar, sabe? Eu era a primeira a dar forças, dizia, “Gente, não desistam, vão estudar”. Aquilo, para mim, era um sonho, como se diz, brilhava quando eu os via saindo para o curso, quando eles voltavam e contavam como que era e eu ficava pensando “será que um dia eu vou conseguir estudar também?”*²⁶.

Escolhidos pela comunidade, as educadoras e educadores da Escola Itinerante, segundo o relato da educadora Vanderleia Alves Fortes, tinham que *ter pertença, tem que ter aceitação das famílias*²⁷, porque as famílias têm que ver na educadora e no educador *o que elas esperam que seja ensinado para os educandos*²⁸. Como afirma Vanderleia, *“Não adianta você vir aqui e não ter pertença para o Movimento, porque a gente é do Movimento”*²⁹. Há aspectos próprios da vida no MST que essas famílias esperam que suas filhas e seus filhos aprendam e, nesse processo, a educadora e o educador Sem Terra cumpre com essa função. Em sua prática pedagógica, deve “conseguir apreender a dimensão educativa das ações do Movimento, fazendo delas um espelho para nossas práticas de educação”, sendo o MST “o grande educador dos Sem Terra” (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2001, p. 19 *apud* Silva & Dal Ri, 2015, p. 6).

²⁵ Trecho presente na narrativa de Fernando de Paula Herdt.

²⁶ Trecho presente na narrativa de Gilda Maria Fernandes Paschoal.

²⁷ Trecho presente na narrativa de Vanderleia Alves Fortes.

²⁸ Trecho presente na narrativa de Vanderleia Alves Fortes.

²⁹ Trecho presente na narrativa de Vanderleia Alves Fortes.

“A gente gostava mais de falar do Movimento, é a parte que eu mais gosto, que eu falo do Movimento na sala de aula para os alunos, eles ficam todo inspirados, tudo olhando, a parte que eu mais gostava é quando eu falava do Movimento”³⁰: esse falar do Movimento expressa mais que uma simples descrição, é uma ação para a formação do que o MST denomina de “comunidade de luta”, que, ao rememorar e conhecer suas práticas de enfrentamento social organizado e coletivo, por uma outra possibilidade de vida, forma para a auto-organização e para a coletividade, ao trazer para a escola, para a formação dos Sem Terrinha, o aprendizado de que mudar é difícil, mas é possível, como já dizia Paulo Freire (Freire, 2001, p. 114).

Como tudo na comunidade, o trabalho pedagógico também era coletivo e, nesse sentido, o primeiro destaque é para o fato de que as educadoras e os educadores partilhavam até mesmo a própria ajuda de custo recebida pelo trabalho. A Escola Itinerante recebia recursos de custeio das despesas com pessoal por meio de um convênio estabelecido entre a Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária (ACAP), do MST, e o governo do Estado do Paraná. Este, além do convênio para custeio das despesas com pessoal, devia comprar e repassar às escolas materiais de apoio pedagógico, materiais para cozinha, materiais de construção como madeirite e amianto, e, também, eletrodomésticos, móveis, caixa d'água, TV, DVD – o que nunca ocorreu de forma suficiente.

A ajuda de custo recebida pelas educadoras e pelos educadores era dividida, pois, como havia a necessidade de eles saírem para estudar nos cursos de graduação e de Magistério, no regime de alternância, era necessário ter dois educadores em cada sala de aula. Porém, o estado não custeava mais do que um educador por sala de aula, assim, num ato de resistência pela existência da escola e pelo direito a ter uma formação profissional na área de Educação, o coletivo de educadoras e educadores decidiu manter dois educadores por sala de aula, um sem registro, e comprometeram-se a dividir o que fosse recebido por aqueles que fossem registrados pelo convênio. *No começo, era interessante, porque cada um recebia a ajuda de custo e a gente fazia um bolão, era jogado tudo no bolão e repartido por partes iguais, nenhum educador ganhava mais que o outro, [...] a gente tinha muita união quanto a isso³¹.*

³⁰ Trecho presente na narrativa de Luciano Batista Izaias.

³¹ Trecho presente na narrativa de Gilda Maria Fernandes Paschoal.

Os custos com materiais didáticos, como caderno, lápis, lápis de cor, e com o custeio da ajuda de custo para o colaborador da cozinha, também eram retirados da ajuda de custo das educadoras e dos educadores, cada um contribuía com um pouco. Os educadores fizeram, certa vez, uma “vaquinha” para comprar bombons para as crianças na páscoa, *porque muitas crianças não tinham nada em casa, não iam ganhar nenhum bombom*³².

A prática educativa vinculada ao Movimento fica explícita quando as educadoras e os educadores nos relatam os tempos de formaturas, os momentos das místicas, o cantar o hino do Movimento. A educadora Marilda enfatiza a importância sobre o tempo de formatura como uma hora importante *“para as crianças identificarem-se com o Movimento, ‘eu pertencço a esse Movimento e esse Movimento me pertence’. Quem é o MST? É o povo, somos nós [...]”*³³.

Eram mães e pais que carregavam seus filhos no cangote e no colo, enquanto faziam-se educadoras e educadores no cotidiano da Escola Itinerante, na vida do MST. Suas memórias nos contam dessa potência do fazer história, apesar das dificuldades, do manter-se em união em torno de um projeto, de uma vida digna e justa, que passa inicialmente pela conquista da terra para trabalhar e viver, e que tem a educação como uma “atividade estratégica e tão importante quanto a conquista da terra” (Silva & Dal Ri, 2015, p. 5).

De acordo com Camini (2009, p. 187), a atualidade, relação entre a escola e prática social, e a auto-organização dos estudantes “são dois princípios fundamentais na construção da escola do trabalho para Pistrak e da escola diferente para o MST”. Essa *outra escola* do MST busca tensionar, “romper e contrariar as velhas estruturas”, e para tanto, mobiliza a participação “ativa e verdadeira dos educandos, através de sua auto-organização” e constrói uma “escola próxima da vida” (Camini, 2009, p. 187).

A atualidade da vida no Acampamento, no Movimento, no cotidiano da luta pela terra pode ser identificada em vários relatos apresentados nas narrativas, mas, a critério de destaque, a memória da educadora Marilda, quanto ao educando que partilha seu pensamento acerca de seu pensamento quanto o que seria os Sem Terra, é um ótimo exemplo do que significa essa categoria, a atualidade, inerente às práticas educativas da Escola Itinerante, enquanto elemento que a diferencia como uma *outra escola*: *“Quando o*

³² Trecho presente na narrativa de Marilda Aparecida da Costa Faria.

³³ Trecho presente na narrativa de Marilda Aparecida da Costa Faria.

meu pai falou assim: ‘Nós vamos lá para o Sem Terra’, [...] Como será que é Sem Terra, será que eles ficam na água ou no ar?’³⁴.

Era na Escola Itinerante do Acampamento em que se dialogava acerca dos acontecimentos relativos à ocupação das terras, à chegada de mais famílias, à divisão dos lotes, às ações e mobilizações do Movimento, do cuidado com a terra, consigo e com o próximo, com a comunidade.

A Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”, pensada por suas educadoras, seus educadores e pela comunidade, para fazer uma *educação diferente, pensar uma proposta diferente*³⁵, foi uma escola, considerados seus limites e tensões, fortemente vinculada, conectada, com a prática social. Situada no Acampamento, a Escola Itinerante, seu planejamento e atividades educativas, estavam voltados “à realidade, ajudando as crianças compreender tudo o que estava acontecendo ao seu redor, participando do processo de mudança” (Camini, 2009, p. 189).

Com a intenção de ensinar a cuidar da escola e da comunidade, as crianças eram orientadas a limparem as salas, a cuidarem do espaço, a conhecerem sua história e, assim, valorizarem o que a comunidade construiu coletivamente. A Escola Itinerante era uma responsabilidade partilhada com as crianças e com toda a comunidade.

Assim, o que nos é relatado nas narrativas é um cotidiano de uma escola em que o diálogo acerca das ações e complexidades enfrentadas pelo MST, em seu fazer história na luta pela Reforma Agrária Popular, dos acontecimentos da vida na comunidade acampada, dos saberes e valores da vida camponesa agregam à formação escolar do sujeito Sem Terra uma qualificação política e social, uma formação para o exercício da cidadania consciente e organizada, para a formação de um sujeito capaz de fazer história própria e coletiva.

O MST pode ser entendido como uma prática social; assim, a atividade educativa realizada nas escolas de acampamento e assentamento tem um primeiro objetivo, o de assegurar as condições de produção e reprodução dos conhecimentos gerados em seu interior. À educadora e ao educador do Movimento compete compreender essa relação entre escola e prática social.

Foi possível perceber também que, embora em condições muitas vezes desfavoráveis e precárias, na escola itinerante dá para respirar mais livre, é onde o Movimento tem mais autonomia no que diz respeito a tratar da vida no processo pedagógico, permitindo que os educandos tenham seus

³⁴ Trecho presente na narrativa de Marilda Aparecida da Costa Faria.

³⁵ Trecho presente na narrativa de Fernando de Paula Herdt.

espaços de auto-organização. Na condição de poder organizar suas atividades cotidianas diferentes e com criatividade, porque na itinerância, esta escola está num espaço que lhe possibilita interrogar a realidade e deixar-se interrogar por ela. Entrecruzada com a vida, se vê obrigada a dar respostas às grandes questões atuais que a comunidade se coloca, tais como: por que nossos filhos não têm o mesmo direito que os outros? Por que não podemos plantar se a terra está ali do lado? [...]. Uma escola que vale a pena guardar na memória, porque seus sujeitos ajudaram a inventar, dar-lhe o nome e construir.

(Camini, 2009, p. 237).

É a partir desse cenário, de uma escola feita na e pela coletividade do povo Sem Terra, que rememora uma prática educativa diferenciada, pois qualificada politicamente, vinculada com a vida no Movimento e voltada para auto-organização dos educandos, que a Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi” pode ser registrada como uma experiência de uma *outra escola*. Como uma das experiências próprias do MST, “trata-se de uma educação que não esconde o seu compromisso de classe e consciência revolucionária” (Camini, 2009, p. 187).

Para ser educador numa escola como esta é preciso ser apaixonado pela educação, conhecedor da realidade do campo e sensível aos seus problemas; a favor da Reforma Agrária, lutador do povo e amigo ou militante do MST. É preciso se desafiar a compreender a história do MST e a conhecer as marcas deste Movimento, que é político e pedagógico ao mesmo tempo. Isto implica em procurar entender a cada dia os traços do MST que em seu Movimento constrói a sua identidade: o Sem Terra.

(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1999, p. 16 *apud* Camini, 2009, p. 174).

Segundo D’Ambrosio (2008, p. 10), “uma grande dificuldade do processo educacional é que o professor não conhece o ambiente cultural dos estudantes e, portanto, fica difícil reconhecer o que o estudante já sabe e o que é capaz de fazer”. Com a municipalização de parte da Escola Itinerante, a contratação de profissionais, tanto pelo município (para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental), quanto pelo estado (para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio) passa a ser realizada por meio de concursos públicos e processos seletivos para contratação de professores temporários. Esses profissionais, por, quase sempre, desconhecerem a história, a cultura da comunidade e os princípios e pressupostos que orientam a Educação do Campo, muitas das vezes, “tomam como referência seu próprio ambiente cultural, sua cultura, suas experiências prévias” (D’Ambrosio, 2008, p. 10), no desenvolvimento e

organização da prática pedagógica. E “esse é um dos maiores equívocos da educação” (D’Ambrosio, 2008, p. 10).

“Então, acho que, para finalizar, hoje a gente já, a escola já deixou de ser itinerante, mas ela é uma escola do Movimento, vinculada ao MST, uma escola que está na luta”³⁶. A Escola Itinerante é para ser “a semente da escola do campo” (Camini, 2009, p. 165), assim, conhecer sua história e valorizá-la como experiência de se fazer uma *outra escola*, que ela é, é condição para cuidarmos da escola do campo do Assentamento, para que esta, enraizada à luta da comunidade pela terra e pela garantia de seus direitos a uma vida com dignidade, continue a garantir e ampliar a formação do sujeito Sem Terra, voltada para suas lutas, suas realidades, tensões e conquistas.

REFERÊNCIAS

- Beltrame, S. A. B. (2002). Formação de professores na prática política do MST: a construção da consciência orgulhosa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 28 (2), 129-145.
- Brasil. (1993). *Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.
- Caldart, R. S. (2001). O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, São Paulo, 15 (43), 207-224.
- Caldart, R. S. (2012). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Camini, I. (2009). *Escola Itinerante na fronteira de uma nova escola*. São Paulo: Expressão Popular.
- Camini, I. & Ribeiro, M. (2011). Escola Itinerante: onde escola, luta e vida se entrecruzam. In: Vendramini, C. R. & Machado, I. F. (Org.) *Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular. 133-160.
- D’Ambrosio, U. (2008). O Programa Etnomatemática: uma síntese. *Acta Scientiae*, Canoas, 10 (1), 7-16.
- Freire, P. (2001). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Unesp.

³⁶ Trecho presente na narrativa de Márcio José Barbosa.

Garnica, A. V. M. (2010). Registrar oralidades, analisar narrativas: sobre pressupostos da História Oral em Educação Matemática. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, 32 (2), 29-42.

Garnica, A. V. M. (2015). História oral em educação matemática: um panorama sobre pressupostos e exercícios de pesquisa. *História Oral*, 18 (2), 35-53.

Paião, C. A. (2019). *Memórias da Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”*: histórias do fazer uma outra escola no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. 2019. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina.

Santhiago, R. S. & Magalhães, V. B. (2015). *História Oral na Sala de Aula*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Silva, C. S. (2018). *Escolas rurais como espaços formativos: vozes de professores que atuaram na região de Borebi/SP*. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru.

Silva, C. R. & Dal Ri, N. M. (2015). Princípios educativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) e a formação de educadores. *Anais da Jornada do Núcleo de Ensino de Marília*, Marília, 14. 1-15.

Stedile, J. P. (2012). Reforma Agrária. In: Caldart, R. S. et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular.

Vianna, C. R. (2014). Sem título. In: Garnica, A. V. M. (Org.). *Cartografias contemporâneas*. 1. ed. Curitiba: Appris. 67-85.